

A VOZ DO OUTRO NA REDAÇÃO-ENEM: POLIFONIA OU HETERONEIDADE DISCURSIVA?

Hélder Sousa Santos (UFU)

helder_sousa@terra.com.br

Introdução

Propomos, com o presente trabalho, compreender *como* a voz do outro foi agenciada por um leitor e escrevente de textos (um *scriptor*) em uma redação caracterizada de “Nota 1000” pela instância corretora de vestibular ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio (2012) —, ao (re)tomar enunciados constituídos sócio historicamente acerca do tema “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”. Dito de outro modo, intentamos descrever e interpretar, com base em pressupostos teóricos de Bakhtin (2013 [1981]), mo(vi)mentos de tomada de posição desse *scriptor* — no nível de sua argumentação — ante à voz do outro. Tais mo(vi)mentos levar-nos-ão aduzir se se tratam de (e)feitos de polifonia discursiva (consoante ao pensamento bakhtiniano) ou de mera sobreposição de discursos, uma heterogeneidade da palavra.

Em vista desse (per)curso teórico-metodológico, elaboramos uma hipótese de trabalho, qual seja: a despeito de haver, entre estudiosos de linguagem, apropriações unânimes de enunciados tais como “a consciência é polifônica”, “todo discurso é polifônico”, indicamos aí a necessidade de revisão de sentidos, buscando, para tal, confrontar à explicação metalinguística “várias vozes = polifonia?” o seu avesso, a monofonia ou sobreposição discursiva. Nesse passo, o escrutínio de elaborações teóricas bakhtinianas permitir-nos-á fundamentar o entendimento acerca da questão do estatuto (a ser) conferido ao outro (sua voz) em um (con)texto específico: no ato redacional individual de (re)dizê-lo. Essa produção de (re)leituras de arcabouços teóricos (bakhtinianos), frisamos, — exclusivamente via a obra “Problemas da Poética de Dostoiévski” mostra-se pertinente a este estudo, já que tal feita demandará da posição leitor a tessitura de conclusões. Feito todo esse trajeto, ser-nos-á possível, por conseguinte, corroborar a (in)verdade escutada na/pela máxima “todo discurso é polifônico”.

1. O conceito de dialogismo

Bakhtin (2009) pensa a língua não exatamente enquanto sistema abstrato (objetivo e homogêneo) de (suas) formas, função de um centro único subjetivo-psicológico de enunciação (o do Eu), mas enquanto atividade humana, inter-ação trabalhada na e pela relação dialógica estabelecida pelo binômio Eu-outro. Disso decorre a noção de diálogo, problematizada pelo autor, de modo contundente, como condição de linguagem, sobremodo a partir do caráter ontológico que circunscreve as práticas linguísticas humanas. Assim, de acordo com o pensamento de Bakhtin (2013, p. 293), “ser significa comunicar-se pelo diálogo”.

Todavia, ao contrário do que poderíamos conjecturar, o diálogo sempre empreendido entre os protagonistas Eu-tu nunca estará restrito à ideia de comunicação verbal-vocal, face a face entre duas pessoas, formalmente. É diálogo no sentido amplo, envolvendo a língua (com seu léxico, morfologia e sintaxe), os interlocutores e o contexto social, histórico e ideológico de produção de enunciados possíveis. Por isso, transcende concepção de objeto suposto tangível a sujeitos envolvidos ali. Afinal, pontua Bakhtin (1988b, p. 89), “todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da

resposta antecipada”, já que há sempre outras falas para ele dirigidas e, ainda, a respeito dele. Em tese,

essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN, 1988a, p. 113).

Nessa perspectiva, a palavra — sua expressão e mo(vi)mento duplamente orientados para o exterior, para a alteridade, para o discurso (do) outro — é função da dinâmica dialógica demandada pela ordem da linguagem. Seu diálogo (o da palavra) com o outro, inconcluso por natureza, implica, neste ponto, um processo (amplo e complexo) de (re)significação amiúde para o dizer; e nunca um produto interior às formas da língua ou mesmo um efeito localizável em textos por meio de marcas estruturais (travessões e os dois pontos — na escrita). Isto porque tal processo constitui-se não só de elementos linguísticos, mas também de sujeitos e de contextos sociais que têm ali seu lugar. Por razões assim, o dialogismo na/da linguagem — ou teoria do discurso, conforme exposta e examinada em Dostoiévski (PPD) — é, efetivamente, condição estruturante da palavra. Daí — ressalva Bakhtin (p. 293) — “o diálogo, em essência, não poder nem dever acabar”:

a todo instante se encontra nas conversas ‘uma citação’ ou ‘uma referência’ àquilo que disse uma determinada pessoa, ao que ‘se diz’ ou àquilo que ‘todos dizem’, às palavras de um interlocutor, às nossas próprias palavras anteriormente ditas, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc... (BAKHTIN, 1988b, p. 140).

Sinteticamente, diríamos que o conceito de dialogismo permite seu autor (Bakhtin) construir uma teoria linguístico-filosófica da linguagem; ela reavalia, fundamenta e assume de vez o modo de tessitura do discurso como heterogêneo. Sem delongas, observa-se, pois, que “toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas” (BAKHTIN, 2013, p. 209).

Assim sendo, toda relação dialógica é potencialmente questionadora da ideia de monologismo, isto é, a força centrípeta e inibidora da palavra do outro, do estabelecimento de consciências conjuntas, da palavra que espera ser escutada pelo Eu sujeito de/do discurso. Essas (as relações dialógicas), com efeito, podem fazer com que surja, discursivamente, algo daquilo que Bakhtin (2009) concebe por arquitetônica (ético-estética) da palavra: a relação valorativa das posições-sujeito “eu-para-mim”, “eu para o outro” e “outro para mim”. Esses valores denotam, em essência, a condição de duplicidade inerente à noção de dialogismo bakhtiniana. A antecipação compreensiva da resposta (a ser) dada pelo outro da interlocução e a relação Eu e outro que fala no sujeito (o superdestinatário) são demonstrações cabíveis a (e)feitos prováveis de serem produzido na/pela linguagem.

Ademais, cumpre sublinhar que o conceito de dialogismo abarca, entre outras questões não necessariamente linguísticas — por exemplo, a vida humana, o diálogo motivado por gestos de interrogar, ouvir, responder o dizer —, a compreensão da noção de enunciado formulada por Bakhtin em “Estética da criação verbal” (1997). Ali, o autor, refletindo sobre o dinamismo de funcionamento da linguagem, pelo crivo dialógico, lembra-

nos de que esta sempre se articula *entre* relações de enunciados, isto é, unidades de comunicação (irrepetíveis) produtoras de enunciações conclusas imaginariamente (BAKHTIN, *idem*, cf., p. 299). Tais unidades, os enunciados, são, por assim dizer, realidades constituídas historicamente, respondendo, nesse caso, um outro, o outro que constitui e institui a subjetividade do Eu. Por isso, todo enunciado significa, na óptica do filósofo Bakhtin (*idem*), o elemento fundante e, ao mesmo tempo, propulsor às relações dialógicas na linguagem. Consequentemente, poder-se-á afirmar que

(...) na composição de quase todo enunciado do homem social — desde a curta réplica do diálogo familiar até as grandes obras verbal-ideológicas (literárias e outras) existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem, transmitidas por um ou outro processo. No campo de quase todo enunciado ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo (...) (BAKHTIN, 1988b, p. 153).

Feitas essas observações sobre a noção de dialogismo, volvemo-nos, agora, a outro conceito crucial às teses de Bakhtin: o conceito de polifonia¹. Antes, cabe pontuar o seguinte esclarecimento: a teoria polifônica bakhtiniana não subsume a perspectiva dialógica na/da linguagem relida, em linhas gerais, aqui. Trata-se de uma nova elaboração teórica do autor que, a despeito de constituir-se dentro de um quadro de questões dialógicas, distancia-se (e muito) daí; vai além da ideia de diálogo entre interlocutores e de plurivocalidade da palavra. Dialogismo, dito de outro modo, é uma propriedade determinante — relação necessária entre valores heterogêneos — da (na) linguagem. Polifonia, diferentemente, é uma realidade dialógica de linguagem notada e perscrutada por Bakhtin a partir do trabalho artístico-literário do escritor russo Fiódor Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881), inventor do gênero romance polifônico.

Sendo assim, para início de discussão, recordamos que o conceito de polifonia — uma metáfora formulada no contexto da música², *a priori* — decorre de problematizações engendradas por Bakhtin (2013) ao (re)pensar e, em seguida, fundamentar os tópicos heterogeneidade e dialogismo da palavra em um (con)texto específico: o discurso romanesco e sua inovação no campo literário impulsionada por Dostoiévski. Significa, noutras palavras, um conceito voltado para a compreensão do estatuto do outro na composição do dizer — com semelhanças devidas às de um sistema musical não-monódico: uso de linguagem dinâmica e

1 Embora não seja foco deste estudo demonstrar operacionalizações do conceito de polifonia na/da linguagem, cumpre ressaltar aqui a importância do trabalho de Ducrot (1984), ocupado de tal empreitada. Neste ponto, é sabido que o autor esboçou, sob a perspectiva teórica da Semântica da Enunciação, um novo quadro de questões — essencialmente linguísticas — favoráveis à ideia de se localizar, no fio do dizer, vozes constitutivas de discursos. Para tanto, pôs-se, inicialmente, a observar a linguagem a partir de dois planos, a saber, pelo plano do locutor (o de quem fala) e pelo plano do enunciatador (o de quem vê). Ali, em tese, na relação instituída entre (inter)locutores, é que se encontra o fundamento de sua teoria polifônica, a presença flagrante de vozes diferentes que não podem ser atribuídas a um sujeito psicológico, uno, senhor de si — conclui Ducrot (*idem*). Algo muito diferente daquilo que postulam as lucubrações do filósofo russo Bakhtin em PPD.

2 Esse esclarecimento deve ser remetido a Roman (1992). O autor, propondo uma releitura e compreensão do trajeto de elaboração da metáfora polifonia em Bakhtin, lembra-nos de que tal proposição re(a)presenta e confronta ao canto gregoriano/monódico (no séc. XIII) um modo outro de compor e de tocar melodias: o estilo polifônico. Este, sob forma de linguagem dinâmica e irrepetível, é, na verdade, uma (re)elaboração bakhtiniana que, legitimando o princípio (heterogêneo) de não acabamento e de não perfeição do discurso, confere estatuto à ideia segundo a qual pode haver consciências humanas múltiplas escutando-se dialogicamente, sem que uma dessas (sobre)determine e apague outras.

mutável, flutuante e ativa, múltipla e ambígua. Enfim, uma linguagem em processo vivo e criativo, função de variados ritmos sociais que compõem, ininterruptamente, diálogos entre si.

Com efeito, a palavra (ex)posta em obras de Dostoiévski — sua confluência e congruência até outras palavras, consciências e tons — é um verdadeiro diálogo interminável. Acolhe e se faz acolhida pela alteridade, significando-se, ali, não como objeto de controle de um autor, mas, em mesmo pé de igualdade, como sujeito que também cala para escutar o Eu que (se) diz, (d)enuncia (o) outro. Em tese, esse é o cerne da teoria polifônica bakhtiniana, da ideia de interação (des)envolvida a partir de várias consciências imiscíveis em um mesmo texto/discurso. Assim, no entendimento de Bakhtin (p. 5):

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência de um autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade.

Esta citação, que pontua em rigor questões constitutivas do conceito de polifonia compreendido por Bakhtin a partir do discurso dostoiévskiano — em particular, a partir da ideia de multiplicidade substancial de consciências *equipolentes* e da de vozes *plenivalentes* — serve-nos, no momento, para enfatizar peculiaridades dialógicas na/da linguagem literária. Neste ponto, reiteradas as palavras do autor (p. 4-5), em PPD, notar-se-ão as explicações seguintes (em notas de rodapé): 1^a) *Multiplicidade de consciências equipolentes* = “consciências e vozes que participam do diálogo com outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se *objetificam*, isto é, não perdem o seu SER como vozes e consciências autônomas; 2^a) *polifonia de vozes plenivalentes* = vozes “plenas de valor, que mantêm com outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo”.

Ora, como se vê, há um fundamento singular implicando o processo dialógico polifônico perscrutado por Bakhtin na criação artística do escritor russo Dostoiévski, qual seja, a noção de interação entre vozes/consciências construídas discursivamente. Estas, na óptica do autor, sempre falam, escutam-se, interagem-se, em um mesmo espaço — havendo aí, no mínimo, duas vozes em jogo (a do autor que fala *com* sua personagem e a da própria personagem que questiona a posição-autor) —, e não simplesmente simulam esperada multiplicidade vocal; a multiplicidade que, configurada na forma monológica de diálogo, tende, em função de certo pensamento único/autoritário, a sufocar consciências, neutralizar vozes. A esse respeito, são esclarecedoras as afirmações seguintes do autor:

Dostoiévski é o criador do *romance polifônico*. Criou um gênero romanescos essencialmente novo. Por isso sua obra não cabe em nenhum limite, não se subordina a nenhum dos esquemas histórico-literários que costumamos aplicar às manifestações do romance europeu. Suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum. A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao *lado* da

palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis (BAKHTIN, idem, p. 5).

Uma vez mais, notamos especificidades do estatuto da noção de polifonia dentro arcabouço teórico bakhtiniano. A citação em tela, nesse passo, sublinha bem três princípios de sua constituição: a equipolência, a plenivalência e a imiscuidade de vozes/consciências no/do discurso. No que toca os três princípios, diríamos, então, que são ingredientes singulares à escrita de Dostoiévski, o cerne caracterizador de todo um procedimento discursivo — polifônico — que, pautado no diálogo aberto entre consciências múltiplas, constrói um todo, um ideal de linguagem (romanesca). O ato de fazer personagens e autor dialogarem entre si e com o outro do discurso, tornando-os plenos de direitos iguais, é, por conseguinte, peculiaridade do estilo dostoiévskiano. Por isso, ali, a ideia de polifonia significando “múltiplas vozes/consciências do/no discurso” torna-se um gesto redutor e insuficiente perante a questões ético-estéticas descritas por Bakhtin. Na literatura de Dostoiévski, em suma, há que ser notado o diálogo inconcluso de personagens; estes como sendo livres e podendo até mesmo discordar de seu criador (BAKHTIN, cf., p. 4). Nada, de certa forma, subordinado ao crivo individual de um autor.

Veja-se, mediante as observações precedentes, que o estatuto atribuído ao outro como estruturante do Eu na linguagem dostoiévskiana é patente às lucubrações de Bakhtin revisitadas aqui. Ora, a despeito de haver diferenças — extensões — fundantes aos conceitos de heterogeneidade da palavra, de dialogismo e de polifonia nos textos do autor, mesmo assim, o princípio unificador de toda sua empreitada teórica em questão é a relação Eu-outro, o diálogo interior e exterior à palavra; sendo este um efeito subsumido e trabalhado (sempre) pelo falante de língua. Sobre tal princípio, sabe-se que Bakhtin volve-se a ele, sob perspectiva filosófica — uma metalinguística — para tratar dialeticamente da relação palavra-palavra, pe(n)sando, para tanto, o ideal de complementariedade entre interlocutores no fio do discurso. Neste, a não indiferença à palavra-outra, interior e anterior ao Eu (a confluência de consciências com foco na construção de um “mesmo” objeto de discurso), é justamente aquilo que define a ideia de uma exotopia na/da linguagem literária, posto que se assume aí, radicalmente, a alteridade; realidade essa que (re)coloca o discurso em um processo *continuum* de (re)ssignificação e de mo(vi)mentos (inter)subjetivos de escuta do outro.

A análise

Mediante releituras do arcabouço teórico bakhtiniano (re)construídas nas seções precedentes, estabelecemos, agora, de modo mais preciso, uma possibilidade de discussão acerca da presença do outro — seu estatuto e caracterização prováveis (polifonia ou sobreposição de discursos?) — em um (con)texto particular: a redação ENEM (2011). A relação *scriptor* e enunciados constitui, doravante, o cerne de nossas compreensões.

No tocante ao material selecionado para análise, uma das seis redações “Nota 1000” que compuseram o “Guia do Participante ENEM ”(BRASIL, 2012), cumpre dizer que há ali mo(vi)mentos argumentativos construídos por um *scriptor* que muito nos interessam. Esses mo(vi)mentos produzem-se a partir de informações fornecidas pela instância avaliativa ENEM (2011) ao vestibulando e instituem-se, concomitantemente, a partir da categoria argumentativa tais como “já ditos” (consensos), “contra-argumentos” e “paráfrases”. Antes de examiná-las aqui, atentemo-nos à leitura da redação abaixo (R1):

R1: Redes sociais: o uso exige cautela

Uma característica inerente às sociedades humanas é sempre buscar novas maneiras de se comunicar: cartas, telegramas e telefonemas são apenas alguns dos vários exemplos de meios comunicativos que o homem desenvolveu com base nessa perspectiva. E, atualmente, o mais recente e talvez o mais fascinante desses meios, são as redes virtuais, consagradas pelo uso, que se tornam cada vez mais comuns.

Orkut, Twiter e Facebook são alguns exemplos das redes sociais (virtuais) mais acessadas do mundo e, convenhamos, a popularidade das mesmas se tornou tamanha que não ter uma página nessas redes é praticamente como não estar integrado ao atual mundo globalizado. Através desse novo meio as pessoas fazem amizades pelo mundo inteiro, compartilham ideias e opiniões, organizam movimentos, como os que derrubaram governos autoritários no mundo árabe e, literalmente, se mostram para a sociedade. Nesse momento é que nos convém cautela e reflexão para saber até que ponto se expor nas redes sociais representa uma vantagem.

Não saber os limites da nossa exposição nas redes virtuais pode nos custar caro e colocar em risco a integridade da nossa imagem perante a sociedade. Afinal, a partir do momento em que colocamos informações na rede, foge do nosso controle a consciência das dimensões de até onde elas podem chegar. Sendo assim, apresentar informações pessoais em tais redes pode nos tornar um tanto quanto vulneráveis moralmente.

Percebemos, portanto, que o novo fenômeno das redes sociais se revela como uma eficiente e inovadora ferramenta de comunicação da sociedade, mas que traz seus riscos e revela sua faceta perversa àqueles que não bem distinguem os limites entre as esferas públicas e privadas “jogando” na rede informações que podem prejudicar sua própria reputação e se tornar objeto para denegrir a imagem de outros, o que, sem dúvidas, é um grande problema.

Dado isso, é essencial que nessa nova era do mundo virtual, os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada. Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.

Produzida a leitura da R1, propomos um primeiro gesto de análise para a categoria de já-ditos presente ali. Neste ponto, realizado o cotejo de informações expostas nos TMs³ com a redação em tela, pudemos notar que seu *scriptor* recupera o outro do senso comum (sua voz) — a propósito, no título da R1 — de sorte a redizer, pelo diálogo, a seguinte opinião escutada no TM2: “Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela”. Ora, sem delongas, vê-se aí o uso comum de uma afirmação constitutiva de discursos pedagógicos; nesse, conforme sabemos, enunciam-se coisas que, moralmente, não devem ou deveriam ser feitas por nós ao escrever textos. Fato que é recuperado, de saída, pela palavra do vestibulando, que se alinha a tal pensamento em defesa de uma tese.

3 Textos motivadores (TM1, 2 e 3) (BRASIL, 2012).

Com efeito, o gesto-*scriptor*, que retoma palavras construídas socialmente, configura-se, no plano da argumentação, como um caso de monologismo. Ou seja, existe aí um discurso já-dito (formalizado e reconhecido) sobre o mau uso das redes sociais (Orkut, Twiter e Facebook) por usuários — “A internet é um meio público no qual não devemos falar tudo de nós para todos, abertamente”, pronuncia o discurso social — impondo-se à escrita da R1, sem ser questionado. Isso, em decorrência, expurga a exotopia, relação Eu-outro (a função autor) passível a (em) fatos de linguagem, dado que um discurso outro deixa de emergir ali, pelo lado de fora. Na R1, então, o *scriptor*, fazendo uso de tal discurso, recupera um ponto de vista aceito em nossa sociedade — um já-dito também dito no TM2 — e absolutiza-o. Com isso, não se busca um contexto-outro, que poderia produzir novo efeito de conclusibilidade imaginária para enunciados dos TMs.

Seguindo este (per)curso análise, outras observações podem ser feitas aqui; agora, para o uso do recurso contra-argumentação mediante o qual, também, o *scriptor* da R1 dialogou para produzir a R1. Esse recurso, uma injunção da instância ENEM à redação do vestibulando (BRASIL, 2012, p.7), é, na verdade, uma demanda que responde ao esquema formal-textual [tema → tese + argumentos (antítese) = síntese]. No caso, vê-se que, na redação exibida, a reformulação de enunciados do TM2 (onde são sublinhadas realidades de uso da rede internet) foi agenciada por seu *scriptor* (certamente) como forma de dialogar com a proposta redacional ENEM. Ou seja, ele vai ao encontro da palavra do outro, que nos informa acerca de aspectos positivos das redes sociais, para extrair daí pontos favoráveis à sua argumentação. Assim, flagramos na R1, uma vez mais, a determinação do discurso motivador (TMs) sobre o dizer do vestibulando. Ali, assiste-se, pois, um direcionamento (pelo formato textual dissertativo-argumentativo) de uma voz única: o da voz que, em meio a outras, (re)luta para ser reafirmada.

Ademais, no tocante a categoria argumentativa utilizada pelo *scriptor* na R1 — a paráfrase de enunciados dos TM2 —, consideramos que seus efeitos não muito se distanciam da de já-ditos e contra-argumentação. Na R1, em vários espaços, verifica-se que o vestibulando confrontou todos os discursos dos TMs — o primeiro deles (re)diz sobre o sucesso da internet mundialmente, o segundo sobre a cautela que devemos ter ante o uso de redes sociais e o terceiro, em tom crítico, sobre a contradição dessa realidade: em ambiente de rede, monitoramos a vida alheia, mas também somos monitorados pelo outro — via paráfrases, satisfazendo, com efeito, uma ordem externa (a da banca de correção de redações ENEM). Porém, tal gesto (o ato de confrontar discursos) não se abre para emergência de um discurso-outro questionador da voz enunciada na coletânea de TMs. Em tese, cria-se, com isso, uma unilateralidade de pensamento; ora, na R1, inexistem enunciados que se reúnem para discutir posições — por que não? — contrárias acerca do tema “Viver em rede no século XXI” (conforme se efetiva em atividades dialéticas produtivas).

Enfim, às três categorias argumentativas examinadas aqui pela escrita da R1 indicamos um traço comum: todas elas trabalham no sentido de homofonizar/plasmar o discurso que poderia dialogar harmonicamente com palavras (vozes) outras — discurso esse que barraria a institucionalização de dizeres, a ação banal à produção de escritas no vestibular, na qual se veem *scriptors* reproduzindo posicionamentos improfícuos ao tomar partido por uma e outra realidade já discursivizadas socialmente. Aqui, uma ponderação cabe ser feita: nossa análise não pressupõe uma questão valorativa à escrita da R1. Esta (R1), melhor dizer, institui-se mediante um discurso particular: o monofônico. E não mediante a adensamento de vozes (polifonias), consoante constatou Bakhtin (2013), por exemplo, em PPD.

Conclusão

Vê-se, por conseguinte, que a redação analisada, apesar de atenta a injunções da palavra do outro, é monofônica. Ora, os recursos argumentativos que instituem seu (dis)curso, salientados em nossa análise, consolidam, de fato, a existência de pensamentos construídos ali por sobreposição discursiva (pelo discurso da instância avaliativa ENEM). Como não encontramos multiplicidade vocal na produção escrita do vestibulando (R1) — plenivalência e equipolência de vozes —, não podemos enquadrá-la na categoria polifônica, conforme compreendida por Bakhtin (2013). Neste ponto, a argumentação do *scriptor* (na R1) é dialógica, em partes, — dialoga com os TMs da prova de redação-ENEM e efetiva, com isso, um embate (já-dito) de posições acerca de um tema —, mas não polifônica, isto é, com menção à voz do outro, conjuntamente, sem neutralizá-la.

Por esse motivo, a ponderação seguinte, do estudioso de linguagem Faraco (2008), mostra-se pertinente a toda a discussão (pro)movida por nós no (com o) presente estudo. De acordo com o pensamento do autor (*idem*, p. 49), nota-se, então, que “o termo polifonia vale hoje mais pela sedução derivada de livres associações do que como categoria coerente de um certo arcabouço teórico”. Isto ocorre porque a categoria polifônica bakhtiniana (sua natureza) é inacabada conceitualmente (FARACO, *cf. ib.*). Caso o filósofo Bakhtin — em PPD — tivesse enfatizado os procedimentos teórico-metodológicos de uso desse conceito, aí, sim, estariam mais bem (res)guardadas especificidades que o constituem. Em suma, as vulgatas, hoje (ainda) em circulação, existiriam em menor realidade, desfazendo-se, pois, da indiferença neutralizadora do outro, a alteridade constitutiva da palavra. A escuta epistemológica, em todo caso, será sempre cara e necessária à pesquisa científica.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Para uma filosofia do ato: válido e inserido no contexto. In: BRAIT, B. *Bakhtin: dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 17-43.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988a.

_____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). *A Redação no ENEM 2011*. Guia do Participante. Brasília-DF, 2012. 45p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/guia>. Acesso em: 26.06.2014.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008.

ROMAN, A. R. *O conceito de polifonia em Bakhtin – O trajeto polifônico de uma metáfora*. Letras, Curitiba, n. 4, p. 207-220, novembro, 1992.